

- Com a disponibilização no *site* da SEPOF na Internet, do Portal do PPA, que assegurou no período de 30 de maio a 19 de agosto de 2011 a participação dos cidadãos paraenses dos lugares mais longínquos do Estado.
- Nas Audiências Públicas realizadas nas 12 (doze) Regiões de Integração do Estado do Pará, no período de 18 de julho a 17 de agosto de 2011, nas quais foram apreciadas tanto a proposta do PPA 2012-2015 quanto a proposta da LOA 2012.

A consulta pública junto ao Portal do PPA possibilitou à sociedade o envio de sugestões no processo de elaboração do Plano Plurianual, tendo sido recebidas sugestões oriundas de cidadãos, representantes de Entidades Cíveis, de Órgãos Públicos, e de Organizações não Governamentais, as quais foram apreciadas pelos órgãos e entidades dos Poderes constituídos.

Nas consultas presenciais realizadas nas 12 (doze) Audiências Públicas participaram prefeitos municipais, vereadores, titulares e servidores das secretarias municipais, dirigentes e representantes dos órgãos e entidades estaduais dos Poderes constituídos do Pará, presidentes e demais dirigentes de associações comunitárias, de bairros, de sindicatos, de diversas organizações não governamentais, e da sociedade civil.

Nas Audiências Públicas foram apresentados os Programas e ações do PPA 2012-2015 concebidos para cada Região de Integração, assim como os principais investimentos em obras, por município, constante na proposta da LOA 2012. Os debates foram realizados com a participação direta da sociedade, manifestando-se diante das propostas apresentadas com críticas, ajustes e sugestões de novas ações. No processo de participação social foi recebido o total de 1.548 sugestões distribuídas pelas regiões de integração.

BASES ESTRATÉGICAS DO PLANO PLURIANUAL

DIRETRIZES E OBJETIVOS DE GOVERNO

O maior compromisso da Administração Pública Estadual é com a melhoria das condições de vida da população paraense. Portanto, toda e qualquer ação de governo tem como objetivo principal reduzir a pobreza e a desigualdade social por meio do desenvolvimento sustentável, ampliando, significativamente, a oferta de serviços públicos com qualidade, e estimulando a geração de postos de trabalho e a distribuição de renda nas diversas regiões do Estado.

O cenário que se apresenta para o crescimento da economia paraense, nas próximas décadas, exige ações de governo tecnicamente consistentes e politicamente viáveis para potencializar projetos e impedir o Estado de conviver com os males sociais de um novo ciclo de economia de fronteira com crescimento desordenado.

Para tornar isso possível, o crescimento da economia paraense deve levar em consideração a questão ambiental, que extrapola as fronteiras amazônicas, e o modelo industrial que formata produtos acabados não sustentáveis, consumidos de forma exagerada pela população e que findam por alimentar o ciclo da produção insustentável.

Não é mais cabível desenvolver projetos econômicos sem o devido cuidado ambiental, devendo a natureza ser transformada, mas com preservação, ampliando e consolidando o estabelecimento de uma convivência harmônica entre o homem e a natureza e entre os segmentos produtivos.

Deste modo, a prioridade governamental na retomada do desenvolvimento está voltada para um processo gradual, firme e persistente, de controle dos impactos ambientais e sociais das atividades econômicas, que permita viabilizar um modelo de desenvolvimento que resulte na redução da pobreza, sendo este o principal desafio imposto ao Pará para as próximas décadas.

Para o alcance desse objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade, preservando o meio ambiente, o governo elegeu 5 (cinco) Diretrizes e 25 (vinte e cinco) Objetivos Estratégicos, que são um conjunto correlacionado de prioridades que correspondem às perspectivas de: (i) resultados, relativo ao objetivo maior das ações governamentais, para a qual concorrem todos os objetivos estratégicos; (ii) de meios, que representa os fatores críticos para o alcance do macro-objetivo; e (iii) de base, que correspondem aos objetivos estratégicos de apoio às ações governamentais.

Diretriz 1 – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

O Estado do Pará, cada vez mais, necessita financiar suas atividades por meio da ampliação de sua receita própria, gerada a partir da dinâmica de sua base produtiva, que deve apresentar-se sólida e integrada, capaz de utilizar de forma sustentável suas potencialidades naturais.

Nesse sentido, urge a definição de um novo pacto para a retomada do desenvolvimento que incorpore e amplie a questão ambiental com a adoção de tecnologias limpas nos mais diversos campos das políticas públicas estaduais, capazes de integrar e orientar um pacto de desenvolvimento ao mesmo tempo sustentável e inclusivo.

É imprescindível ao Pará, Estado rico em recursos naturais, mas com reduzida verticalização de suas potencialidades econômicas, o estabelecimento de um novo pacto de desenvolvimento para redefinir e fortalecer a política estadual de desenvolvimento, apoiada na integração entre os setores da agricultura, pecuária, pesca e aquicultura, com o suporte da assistência técnica e extensão rural e com a organização dos produtores, segundo o modelo do associativismo e do cooperativismo, como forma de consolidar o agronegócio e implementar novas cadeias produtivas de caráter sustentável.

A indústria do turismo, atividade econômica que mais gera empregos no mundo, exige investimentos para suprir demandas infraestruturais e de qualificação de mão de obra, com o intuito de transformar os atrativos naturais e culturais em produtos turísticos. Nesse sentido, esta atividade complementa e agrega valor tanto aos demais segmentos econômicos quanto às iniciativas estritamente culturais. É fundamental, pois, articular a agenda de ações do turismo com as oportunidades e demandas oriundas dos demais setores, com flexibilidade e capacidade de resposta.

Todavia, o incentivo a essas atividades não se resume apenas ao crescimento do PIB estadual, sendo preciso instrumentalizar a sociedade para que ela possa produzir sua vida material, indo além da simples geração de emprego e renda, pois é imprescindível gerar resultados que propiciem melhorias sociais e econômicas, e com isto aumentar as possibilidades de crescimento individual e da sociedade paraense como um todo.

Esse desafio deverá ser alcançado por meio dos seguintes objetivos estratégicos: